

Seminário Internacional de Justiça Restaurativa

Autoridades e especialistas falam de sua experiência no contexto federal

Taís Schilling, desembargadora federal do TRF4:



"A Justiça Restaurativa nos faz repensar o nosso paradigma no Poder Judiciário (...) Eu diria que o que a gente está fazendo é ciência revolucionária, para usar as palavras de Thomas Kuhn [filósofo estadunidense] (...) Uma das características da implantação na 4ª Região (...) foi a possibilidade de se utilizar para *além* da Justiça Criminal (...) Queríamos também (...) poder trabalhar práticas restaurativas no âmbito da Gestão de Pessoas, nos processos disciplinares e nas demandas estruturais. A ideia é realmente que essa cultura possa se disseminar e acontecer em várias frentes e não só no âmbito da Justiça

Federal."

Thales Cardoso, Procurador da República em Uberaba:



"Nós temos tido muitos eventos, muitos treinamentos, muita capacitação, pois não é fácil aplicar a Justiça Restaurativa (...) No campo normativo, que sempre foi uma preocupação nossa em todo esse processo, nós tivemos marcos muito importantes desde 2016 (...), e de lá para cá muita coisa avançou (...) Temos visto que a fixação desses acordos tem sido feita de uma maneira muito mais aprofundada, ampla e qualitativa, com o atingimento de finalidades restaurativas, o que nos traz muita satisfação no sentido de ver resultados do nosso trabalho."

Rosimayre Carvalho, juíza federal coordenadora do Núcleo de Práticas Restaurativas da Seção Judiciária do Distrito Federal:



"Não acredito nessa coisa intuitiva de 'sou juiz, faço conciliação' (...) A gente realmente precisa de um treinamento, de um arsenal teórico e prático e, com o tempo, isso foi se provando muito verdadeiro para mim (...) Se a gente buscar conhecimento, vamos perceber que podemos fazer muito mais (...) Quem está envolvido com a cultura de paz, de conciliação, de diálogo, está num campo mais fértil para você trabalhar alguns preconceitos que vêm junto com a Justiça Restaurativa."

Frederico Montedônio, juiz federal membro do comitê gestor do Núcleo de Justiça Restaurativa da 2ª Região:



“Nós estamos com o primeiro curso de formação de facilitadores em andamento (...) Temos também um grupo de estudos, onde realizamos reuniões quinzenais para discutir algum texto e manter uma rede restaurativa unida, em contato. Uma forma de manter um apoio mútuo.”

Arthur Teixeira Filho, juiz federal do TRF5:



“A situação da 5ª Região ainda é bem embrionária, mas (...) se nós conseguirmos pegar uma pessoa num ciclo restaurativo e acabar com aquele conflito, dando às vezes uma orientação, um braço forte, uma mão amiga, e ajudarmos essa pessoa a ingressar numa sociedade na qual talvez ela nunca tivesse recebido o convite para sequer ficar na frente, para mim isso já basta. Isso é levarmos cidadania.”

Ivo Aertsen, professor emérito de Criminologia na Universidade de Leuven, na Bélgica:



“São importantes essas estruturas em nível nacional justamente porque elas tornam vocês mais fortes; juntos, vocês podem fazer mais, inclusive influenciar políticas públicas.”

Daniel Aschutti, advogado criminalista e pesquisador gaúcho:



“A gente tem que abrir espaço para a pessoa falar um pouco sobre o filme da sua vida, enxergar padrões de comportamento e não só aquele evento específico; tentar compreender que aquilo que aconteceu ali foi decorrência de um padrão que se repete dentro de uma família, dentro de uma comunidade e poder tratar esse padrão. Um olhar para o contexto reconhecendo que estamos lidando com questões humanas.”

Katarina Volkart, juíza federal coordenadora do Núcleo de Justiça Restaurativa da 4ª Região:



“Para além de afirmarmos que sim, cabe Justiça Restaurativa na Justiça Federal, nós queremos também pensar no futuro da Justiça Restaurativa, como a questão da estruturação, das formações, da pesquisa, e outros temas que entendemos tão importantes (...) Eu acho que a Justiça precisa ser doce. Ela nunca pode perder a sua origem de ser verdadeira, e que ela assim seja para todos nós.”